



Comunicado de Imprensa N^o 13/85
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
20 de Março de 2013

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 USA

FMI Conclui Primeira Missão de Avaliação do ECF para a República Democrática de São Tomé e Príncipe

Uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) liderada pelo Senhor Ricardo Velloso visitou São Tomé e Príncipe de 8 a 20 de Março de 2013 para realizar a primeira avaliação do Programa Económico e Financeiro do Governo, apoiado pelo FMI ao abrigo do Instrumento de Crédito Alargado (ECF na sigla em inglês) no montante de DES 2,59 milhões (US\$ 4 milhões).¹ O programa foi aprovado pelo Conselho de Administração do FMI em 20 de Julho de 2012, e a sua primeira avaliação deverá ser discutida pelo Conselho de Administração do FMI em Maio de 2013 (ver o [Comunicado de Imprensa N^o 12/272](#)).

A equipa do FMI manteve encontros cordiais e profícuos com o Ministro do Plano e Finanças, Hélio Almeida, e com a Governadora do Banco Central, Maria do Carmo Silveira, e respectivos quadros assessores. A equipa também se reuniu com outros altos funcionários do Governo e representantes da comunidade de doadores e do sector privado.

Na conclusão da visita, Ricardo Velloso, Chefe da Missão do FMI para São Tomé e Príncipe, emitiu a seguinte declaração:

“O crescimento económico alcançou 4 por cento em 2012, apesar do ambiente internacional bastante adverso, especialmente na Europa, e de uma taxa de implementação de projectos mais baixa devido à persistência das dificuldades em garantir financiamento externo. A taxa anual de inflação continuou a sua tendência decrescente desde a adopção da paridade da moeda, tendo baixado para 10,4 por cento no final de 2012 (a sua taxa mais baixa no final do ano em 9 anos). As reservas internacionais do Banco Central no final de 2012 encontravam-

¹ O Instrumento de Crédito Prolongado (ECF) é o principal instrumento do FMI de apoio financeiro de médio prazo aos países de baixo rendimento. Este instrumento garante um maior nível de acesso ao financiamento, mais termos concessionais, maior flexibilidade na concepção do programa, e condicionalidade mais simplificada. Actualmente, o financiamento ao abrigo do ECF tem uma taxa de juro zero, um período de carência de 5,5 anos, e um prazo de maturidade final de 10 anos.

se num nível confortável, bem acima do limite inferior de 3 meses de importações, de acordo com o programa ECF.

As perspectivas económicas de curto prazo representam um desafio. O crescimento económico para 2013 foi revisto em baixa, de 5,5 por cento para 4,5 por cento, dadas as persistentes incertezas associadas à economia global e às perspectivas relativamente fracas de financiamento externo para projectos dos sectores público e privado. A inflação até ao final de 2013 foi revista em alta, de 6 por cento para o intervalo compreendido entre 7 e 9 por cento, reflectindo uma trajectória de redução da inflação mais alinhada com a experiência recente com o regime de paridade, incluindo as vulnerabilidades aos choques de oferta. As reservas internacionais do Banco Central deverão permanecer acima do equivalente a três meses de importações em 2013.

No geral, a implementação do programa até ao final de Dezembro de 2012 foi satisfatória. Foram observados todos os critérios de desempenho ao abrigo do programa ECF, e registaram-se progressos consideráveis nas reformas estruturais. As negociações entre o Governo, a Empresa de Água e Electricidade (EMAE) e a Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO) para a elaboração de um plano para eliminar, ao longo do tempo, os atrasos da EMAE para com a ENCO e para evitar a ocorrência do problema no futuro deverão ser concluídas até Setembro de 2013.

O corpo técnico da missão do FMI chegou a entendimento com as autoridades de São Tomé e Príncipe quanto às principais políticas para o resto do ano de 2013. A política orçamental irá continuar a promover o crescimento sustentável e a apoiar os esforços no sentido de, a médio prazo, baixar a inflação para um nível baixo de um dígito através da harmonização do défice primário interno com financiamento não gerador de dívida. Para criar uma margem orçamental para maiores despesas prioritárias em infra-estrutura e redução da pobreza, a missão recomendou a continuação dos esforços das autoridades destinados à mobilização de receitas através de uma melhor gestão tributária e alfandegária, bem como do alargamento da base tributária.

A missão do FMI observou que em 2012 a maioria dos bancos comerciais não registou lucros, quase não houve crescimento do crédito bancário, e os créditos malparados aumentaram. A missão recomendou que o Banco Central monitorize a situação atentamente, realize as inspecções *in situ* planeadas, e solicite aos accionistas uma rápida recapitalização dos bancos, caso tal seja necessário.

A missão do FMI reconheceu o forte empenho das autoridades na correcção das deficiências do actual enquadramento institucional de combate ao branqueamento de capitais em São Tomé e Príncipe. A missão recomendou às autoridades a conclusão da proposta de emendas necessárias à legislação de combate ao branqueamento de capitais, para que esta seja submetida o mais rapidamente possível à Assembleia Nacional para debate e aprovação.”